

Para Proteger e Restaurar a Floresta Amazônica, Precisamos Apostar na Produção

A fiscalização e o pagamento por serviços ambientais são essenciais mas insuficientes para transformar a economia da região. O futuro da floresta depende de aprendermos como promover os negócios que alinham produção com preservação.

Por Salo Coslovsky

Salo Coslovsky é professor na Universidade de Nova York e pesquisador do Projeto Amazônia 2030



Controle de qualidade da castanha / Acervo Pessoal

A floresta amazônica é vital para a manutenção do clima global, mas grande parte das pessoas que vivem e votam na região está disposta a trocar preservação ambiental pela chance de subir na vida. Uma análise dos políticos recém-eleitos realizada pelo Infoamazônia evidencia essa realidade: 89% dos prefeitos e 90% das câmaras municipais da Amazônia Legal se opõem à pauta ambiental. Um amigo, empresário bem estabelecido em Manaus, me confirmou que a maioria

dos membros da elite local vê a floresta como obstáculo e as leis ambientais como vilãs.

Esse antagonismo é preocupante pois, na Amazônia, a substituição de natureza por prosperidade não costuma dar bons resultados. Estudos clássicos do Banco Mundial e IMAZON mostram que, embora a renda e o emprego cresçam inicialmente com o desmatamento, eles desabam quando se esgotam os recursos naturais. Agravando a situação, esse tipo de erro não é fácil de reverter. Uma floresta saudável pode ser destruída em poucos dias, mas trazê-la de volta demanda décadas.

Diante desse cenário, o governo federal tem investido na combinação de fiscalização com pagamentos por serviços ambientais (PSA). A fiscalização é essencial para garantir segurança jurídica, combater o crime e fortalecer o direito de propriedade, que é a base da riqueza das nações.

O pagamento por serviços ambientais também cumpre papel importante. Ele não só ajuda a pagar pela fiscalização como representa também uma correção histórica necessária, especialmente quando remunera a preservação de grandes áreas com baixa densidade populacional, como as Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Afinal, muitas das pessoas que vivem nesses territórios desempenham função crítica protegendo as florestas mas não conseguem obter uma renda condizente com sua contribuição através do extrativismo convencional.

A ênfase no binômio fiscalização e PSA também faz sentido para os líderes do setor público que precisam entregar resultados desde Brasília, uma vez que essas iniciativas podem ser implementadas pelas autoridades federais sem depender do consentimento ou apoio das lideranças políticas locais. Mas evitar a oposição não é o mesmo que desarmá-la. O aumento expressivo do desmatamento durante os governos Temer e Bolsonaro demonstra que, sem adesão local, as conquistas ambientais permanecem frágeis. Enquanto uma parcela expressiva dos moradores da região amazônica não estiver convencida de que a floresta é seu maior patrimônio, o risco de degradação continuará elevado.

Em Novembro de 2025, o Brasil sediará a COP30 em Belém, quando teremos uma oportunidade única para apresentarmos ao mundo uma visão de desenvolvimento que alie preservação e produção. Entre as múltiplas propostas em discussão, destaco a urgência de incentivar a restauração produtiva, especialmente em áreas já desmatadas.

Os valores potenciais são enormes. Dados do IBGE para a Região Norte mostram que a produção de seis espécies perenes bem adaptadas a sistemas agroflorestais – açaí, banana, cacau, café robusta, dendê e pimenta do reino – geram receita anual média ao produtor de quase US\$3 mil por hectare, considerando a produtividade e preços vigentes entre 2019 e 2023. Se plantássemos essas espécies em 750 mil hectares, equivalente a menos de 10% da área que já foi desmatada na Amazônia, teríamos receita anual equivalente a US\$2 bilhões. Claro, o lucro líquido de cada produtor é menor do que isso, pois eles precisam investir capital inicial e pagar impostos, insumos e salários. Ainda assim, cada centavo que o produtor desembolsa vai parar no bolso de alguém. A circularidade dessas transações multiplica o seu valor total, incorporando a economia regional e distribuindo a riqueza.

Importante admitir, porém, que incentivar esses negócios não é tarefa simples. Parte do desafio está no âmbito nacional, onde muitas vezes nos acomodamos na falsa segurança de que já sabemos como prosseguir. Isso é agravado pela proliferação de iniciativas que, apesar de bem-intencionadas, não produzem resultados concretos além de anúncios, celebrações e relatórios com números muitas vezes exagerados. A ilusão de que estamos avançando é tão prejudicial quanto o descaso.

Outra parte do desafio está além das nossas fronteiras e exige arrojo para que a oportunidade seja vislumbrada. A recente decisão da União Europeia de limitar seu mercado a commodities livres de desmatamento criou uma abertura inédita para o Brasil: ao invés de ver o mercado internacional de produtos compatíveis com a floresta como um fato consumado, imposto por forças estrangeiras, podemos tomar a iniciativa para moldá-lo em benefício próprio. Afinal, quem faz as regras leva vantagem no jogo.

A COP30 em Belém representa mais que uma oportunidade para o Brasil passar o chapéu pedindo doações para fiscalização e PSA. É a chance de liderarmos uma aliança de nações tropicais capazes de propor um novo regime de comércio internacional para produtos de base agroflorestal. Enquanto as autoridades europeias hesitam na implementação de suas diretivas, podemos assumir o protagonismo propondo regras que não apenas valorizam nossos ativos naturais mas também encorajam nossos produtores a desenvolver as competências que garantirão sua liderança no futuro. Desse modo, posicionamos o Brasil na vanguarda de uma nova economia global que, inevitavelmente, precisará conciliar desenvolvimento com sustentabilidade.

Fonte: <https://www.estadao.com.br/economia/salo-coslovsky/amazonia-economia-produtos-base-florestal-combater-desmatamento/>